



Processo contra vereador de Carapicuíba fica suspenso

17/07/2006

O processo político instaurado contra o vereador de Carapicuíba (SP) Welinton José dos Santos deve continuar suspenso. A decisão é do presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Raphael de Barros Monteiro. Santos é acusado de envolvimento em irregularidades de unidades da CDHU — Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano de São Paulo.

O ministro Barros Monteiro negou seguimento à medida cautelar interposta pelo presidente da Câmara Municipal e pela Comissão Especial de Inquérito Processante para revogar o efeito suspensivo do processo, concedido a Santos em Agravo de Instrumento.

No agravo interposto no Tribunal de Justiça de São Paulo, a defesa do vereador requereu a suspensão do processo. Alegou irregularidade no processamento da Comissão Especial de Inquérito.

“Em princípio, o fundamento recursal parece consistente, máxime quanto à composição da Comissão Processante, que não estaria de acordo com o artigo 5º, II, do DL 201/67, ao qual se reporta o Regimento Interno da Câmara. O perigo na demora, por seu turno, decorre da circunstância de advir eventual cassação irregular, com evidente desgaste político e pessoal do agravante. Destarte, defere-se o efeito ativo pleiteado, para que se suspenda a definição do processo político, facultada a regularização imediata de eventuais falhas procedimentais”, entendeu o tribunal.

Inconformados, o presidente da Câmara Municipal e da Comissão propuseram a medida cautelar para que o trabalho do Plenário da Câmara prosseguisse até a sua conclusão. Para isso, alegaram que a suspensão dos trabalhos da comissão implica na sua extinção, considerando-se a dificuldade natural de intimar pessoalmente a todos os vereadores e advogados, somada às normais intercorrências legais e regimentais.

Barros Monteiro afirmou que o recurso é manifestamente incabível, pois não existe nenhum recurso interposto ao STJ nem mesmo há decisão colegiada que o desafie. “Não instaurada a instância excepcional, falece competência a esta casa para apreciar a presente medida cautelar.”

Denúncia

Em 15 de dezembro de 2005, foi instalada uma Comissão Especial de Inquérito para apuração de possíveis irregularidades apontadas pelo *Jornal SPTV*, da Rede Globo. As denúncias formuladas são referentes a um possível esquema de venda de apartamentos do CDHU que, em regra, deveriam ser oferecidos a moradores da área de risco localizada na favela do Ariston. Estariam envolvidos a Secretaria Municipal da Habitação e o vereador.

MC 11.727



Fonte: https://conjur.jumps.com.br/2006-jul-17/processo_vereador_carapicuiba_fica_suspenso/